



Revista  
de Psicologia  
ISSN 2179-1740

## IMPLICAÇÕES POLÍTICAS NA PESQUISA-INTERVENÇÃO COM JOVENS

*POLITICAL IMPLICATIONS ON CRITICAL PARTICIPATORY ACTION  
RESEARCH WITH YOUTH*

Jaileila de Araújo Menezes<sup>1</sup>

Veriana de Fátima Rodrigues Colaço<sup>2</sup>

Karla Galvão Adrião<sup>3</sup>

### Resumo

Neste artigo refletimos sobre a potência política da pesquisa-intervenção com jovens, no que concerne às transformações nos planos micro e macro sociais e no processo de produção de conhecimento com os/as participantes. Buscamos problematizar pontos de ruptura da pesquisa-intervenção com relação ao modelo tradicional da pesquisa científica, considerando quatro procedimentos: a (des)institucionalização, o (des)disciplinamento, o encontro entre pesquisadores/as e jovens e a produção de outras possibilidades de vida. Entendemos que, ao considerarmos os significados produzidos pelas/os jovens, reconhecendo-as/os como agentes de suas histórias individuais e sociais, estamos nos contrapondo à visão ainda hegemônica sobre a juventude como potencialmente perigosa, irresponsável e despolitizada. A pesquisa-intervenção que advogamos estabelece uma interface com políticas científicas para a produção de conhecimento prudente, pautada na crítica feminista interseccional e nos estudos sobre processos de subalternização. Discutiremos sobre três estudos realizados com jovens em contextos diferentes, porém semelhantes quanto às suas condições de existência, marcadas pela exclusão social, violência e discriminação de gênero, de raça, de local de moradia e de classe social.

**Palavras-chave:** Juventudes; desigualdades; pesquisa-intervenção; raça; gênero.

### Abstract

In this article we reflect on the political power of critical participatory action research (CPAR) with young people, regarding the transformations in micro and macro social plans and the process of knowledge production with the participants. We seek to problematize breakpoints of CPAR in relation to the traditional model of scientific research, considering four procedures: (dis) institutionalization, (dis) disciplining, the meeting between researchers and young people and the production of other possibilities of life. We understand that by considering the meanings produced by young people, recognizing them as agents of their individual and social histories, we are countering the still hegemonic vision of youth as potentially dangerous, irresponsible and depoliticized. The intervention research we advocate establishes an interface with scientific policies for the production of prudent knowledge, based on the intersectional feminist critique and the studies on subalternization processes. We will discuss three studies carried out with young people in different contexts, but similar in terms of their conditions of existence, marked by social exclusion, violence and discrimination of gender, race, place of residence and social class.

**Keywords:** Key-words: youth; inequalities; Critical participatory action research; race; gender.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pernambuco. Email: jaileila.araujo@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal do Ceará. Email: verianac@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pernambuco. Email: galvaoadriao@gmail.com

## POTENCIAIS DE INTER(IN)VENÇÃO NA PESQUISA

Este artigo pretende fazer uma reflexão acerca da potência política na pesquisa-intervenção com jovens, tanto no que concerne às transformações nos planos micro e macro sociais quanto no processo de produção de conhecimento com os/as participantes. A psicologia que advogamos está sob a direta influência dos movimentos sociais que, muitas vezes, redirecionam nossas compreensões sobre a vida em sociedade e sobre a produção do conhecimento científico, particularmente, por nos pautarmos pelo entendimento da interseccionalidade (1) entre categorias analíticas fundantes das relações de poder-saber que sustentam as práticas e interações sociais, inclusive a pesquisa científica. No caso da pesquisa no campo da juventude, as marcações geracionais, de gênero, de raça, de territorialidade e de condições socioeconômicas nos auxiliam a perceber a diversidade subjacente a esse conceito.

Adotamos como base epistemológica a interface do trabalho em pesquisa-intervenção com a perspectiva feminista pós-estrutural (Butler, 2004; Haraway, 1995) e a atenção à interseccionalidade, na medida em que possibilitam a inventividade de procedimentos para os *diálogos* com atrizes/atores sociais e seus contextos de existência. Interessa-nos ainda a produção de um conhecimento científico socialmente situado.

No final dos anos 1990, o filósofo português Boaventura de Sousa Santos em seu livro "Um discurso sobre as Ciências" (2009), previa a emergência de um novo paradigma das ciências na "pós-modernidade", que faria uma ruptura radical com o modelo de ciência positiva da modernidade. Essa ruptura vem se construindo e um testemunho disso se apresenta nesses novos modos de pesquisar, que aqui ilustraremos. Boaventura Santos advoga o surgimento de um novo paradigma que produza "um conhecimento prudente para uma vida decente" (2009, p. 60).

Tal paradigma inspira nossas pesquisas, primeiro na perspectiva de estarmos conectadas com a realidade que vivemos, desde o contexto local, regional, do nosso país e também do que acontece com o mundo globalizado. Segundo, pela certeza da não neutralidade própria à produção do conhecimento científico, como pesquisadoras procuramos estar atentas a nosso compromisso social e implicação pessoal com a justiça ético-político-científica.

Fazemos parte de grupos de pesquisa distintos e o que nos aproxima, além desses posicionamentos metodológicos, é a concepção de juventude, como construção semiótica, produzida culturalmente e

consoante com as condições históricas, sociais e subjetivas em que se vinculam as/os jovens. Esta compreensão define a condição plural e heterogênea acerca deste conceito ou categoria, exigindo de quem pesquisa com o público jovem um olhar aberto às diferenças que os constituem e a seus efeitos em termos de desigualdades de raça/etnia, de gênero, de classe social, de grupos de pertença, de territórios e de temporalidades.

Pensar a inter(in)venção da produção de conhecimento em psicologia e com jovens significa também questionar o processo de formação de pesquisadoras/es, e no campo da psicologia política *situar a nossa ação* considerando: Para que? Na voz de quem? E por quem pesquisamos? (Fine; Weis; Weseen & Wong, 2006).

Nas cenas de pesquisa aqui analisadas destacaremos: a) a exclusão social que opera sobre os/as jovens negros e negras pela sonegação do conhecimento de políticas públicas que possibilitam conquistas de direitos, como as políticas de ação afirmativa; b) o confronto com as diferenças e as desigualdades de poder que se expressam no acesso aos direitos sexuais e aos direitos reprodutivos; c) a problematização dos códigos de gênero e sexualidade que incidem sobre suas vidas limitando suas possibilidades de ser; d) a instauração de mudanças produzidas no encontro entre jovens e pesquisadores/as quando a reflexividade e a criticidade perpassam a produção de conhecimento em cenários de históricas desigualdades sociais.

Abordaremos neste artigo três estudos que priorizam uma perspectiva qualitativa com destaque para a pesquisa-intervenção-pesquisa (Adrião, 2014) e tem a preocupação de promover transformações no campo social, além de novas construções de conhecimentos decorrentes dos processos interativos com as discussões entre jovens e com as equipes de pesquisa. Trata-se de dar visibilidade às trocas de conhecimentos que transformam as/os diferentes atrizes/atores sociais envolvidos, jovens e pesquisadores/as.

### TRÊS CENAS DE PESQUISA - INTERVENÇÃO

#### Cena 1 - O acesso à informação como direito: o Sistema de Cotas em questão

Apresentamos inicialmente um estudo realizado entre 2014 e 2016, intitulado *Expectativas de Futuro de Jovens Negros do Ensino Médio de Escolas Públicas de*

*Fortaleza: implicações da implantação do sistema de cotas no Ceará.* A pesquisa foi derivada de outras duas, cujo eixo de convergência eram os estudos com juventudes em escolas públicas da cidade de Fortaleza com foco no racismo.

O sistema de cotas no Ceará foi um dos mais tardios entre as universidades federais do país e se impôs em 2013 por força de lei e não por uma mobilização interna na Universidade Federal do Ceará (UFC, 2013). Com essa implantação surgiu um novo cenário para os e as estudantes do ensino público, com oportunidades antes quase inexistentes, o que nos levou a questionar a repercussão dessa mudança nas expectativas e investimentos de alunos e alunas das escolas públicas de Fortaleza sobre suas possibilidades de ingresso no ensino superior.

O projeto estava configurado em duas etapas. A primeira tinha o propósito de verificar se, com a informação sobre a implantação do sistema de cotas no Ceará, haveria mudança nas expectativas de ingresso na universidade entre estudantes dessas escolas, que nos dois estudos anteriores tinham se apresentado muito baixas. Portanto, teve um caráter exploratório, visando fornecer um panorama dessas informações e nos permitir planejar a segunda etapa, de base qualitativa, com a realização de oficinas ou grupos de discussão (Castro, 2008). Para essa etapa inicial, elaboramos um questionário com 14 itens objetivos, alguns com a possibilidade de justificativa aberta. A aplicação do questionário foi realizada em 12 escolas públicas estaduais das seis Regionais de Fortaleza, envolvendo 479 estudantes dos três anos do ensino médio, dessas escolas.

O que pretendemos focar sobre este estudo não se limita aos seus resultados, mas interessa dizer dos rumos que a pesquisa tomou a partir da entrada nas salas de aula para esclarecer os seus objetivos. Para nossa surpresa, percebemos uma completa desinformação sobre o sistema de cotas, justamente por parte de estudantes que o sistema visa atender. Assim, o questionário se mostrava inadequado sem que houvesse uma primeira intervenção com o propósito de informar a respeito da Lei Nº 12.711/2012 (Brasil, 2012) que estabelece o Sistema de Cotas. Ou seja entendemos que teríamos que dedicar um espaço para informar sobre a implantação das cotas no estado, pois para além do interesse de pesquisa, havia uma questão social aí implicada.

Esta constatação nos direcionou para um percurso metodológico diferente, gerando uma demanda de informações específicas, que invertia e antecipava a necessidade de promover uma construção de conhecimentos para dar suporte à investigação.

Também colocava em evidência o quanto a falta de acesso à informação é uma forma de violação de direitos, porque repercute nas condições de possibilidade de que determinadas políticas sociais cheguem até às pessoas para as quais estão destinadas. Isto reforça a ideia de que pesquisar é uma prática social, que requer implicação da equipe para se posicionar e estar aberta a seguir caminhos imprevisíveis e se deixar conduzir também “à deriva” ou nos “descaminhos”, no dizer de Maria Isabel Bujes (2002), para enxergar o que o cotidiano tem a dizer sobre o problema de pesquisa.

Com as análises das justificativas aos itens do questionário, observamos que as informações proporcionadas antes da sua aplicação favoreceram a percepção da ampliação das oportunidades para estudantes de escolas públicas com a implantação do sistema de cotas e, nas respostas, isto foi avaliado como um direito de todos. Também atentaram para o significado dessa conquista, que abre novos horizontes, como explicitado em uma das respostas “Vou poder realizar meu sonho. Posso mudar a minha vida e a dos meus familiares”.

Em sentido oposto, quando se trata das cotas raciais, houve observações de que as cotas são “preconceituosas” ou reforçam o preconceito. Os direitos historicamente subtraídos dos negros não foram considerados nas justificativas, e ficou evidente a visão da meritocracia como argumentação contrária às cotas. Ao mesmo tempo que o entendimento sobre direitos iguais para todos justificam as cotas para estudantes pobres, as cotas raciais são percebidas como privilégio.

Com este panorama obtido na primeira etapa, planejamos a segunda etapa, que foi realizada em uma das escolas que integrou a primeira fase. O objetivo agora era ampliar o processo interventivo do início do estudo e também avaliar as implicações do acesso ao conhecimento na perspectiva de mobilizar ações em prol da garantia de direitos por parte dos e das jovens participantes. A utilização de oficina ou grupo de discussão foi o caminho definido para tanto.

Assim, foi realizada uma oficina com a participação de estudantes escolhidos pela coordenadora pedagógica, tendo como critério a atuação de liderança na escola, seja integrando o grêmio estudantil, atuando em uma rádio interna ou participando de movimentos políticos fora da escola, como foi o caso de quatro estudantes (dois meninos e duas meninas) que integravam o movimento negro do bairro. Participaram em média 15 estudantes, de ambos os sexos e que frequentavam do primeiro ao terceiro ano do ensino médio. Os cinco encontros que compuseram a oficina tiveram como foco de discussão

desde a questão da identificação étnico-racial até as políticas de ação afirmativa, com destaque para o sistema de cotas no Brasil.

Esta etapa teve efeitos reconhecidos no próprio desenrolar do processo, com a saída e entrada de estudantes em cada encontro, que revelavam a dificuldade de tratar a temática do racismo. Porém, um grupo de oito participantes permaneceu do início ao final e no penúltimo encontro em que foi feito um júri simulado sobre o sistema de cotas, foi possível dimensionar a grande potência política da intervenção, tendo em vista que mobilizou uma busca de informações a respeito do tema, proporcionando elementos de argumentação a favor e contra o sistema. A orientação de que entre o grupo que era integrante do movimento negro deveria ser escolhido aquele que advogaria contrário ao sistema, surpreendeu-nos pelo envolvimento que gerou no grupo como um todo. Os argumentos trazidos mobilizaram uma discussão bastante rica acerca das possibilidades de defesa do sistema, especialmente para fazer frente aos discursos contrários que apelam para a meritocracia e para o efeito inverso de reforço ao preconceito.

As pesquisas de abordagem participativas constroem esse campo de demandas coletivas, que comprometem o pesquisador para além da investigação de um fenômeno. A concepção da pesquisa-intervenção por nós adotada encontra neste ponto uma ruptura com o modelo tradicional da pesquisa científica, e se configura uma compreensão sobre o significado do processo de implicação do pesquisador (Rocha & Aguiar, 2003) e, por conseguinte, remete ao seu engajamento na transformação pessoal e social de pesquisados/as e pesquisadores/as.

## Cena 2 – Reflexividade na pesquisa sobre subjetivação sexual de jovens

Levar em consideração os significados produzidos pelas/os jovens, reconhecendo-as/os como agentes de suas histórias individuais e sociais, contrapõe-se à visão ainda hegemônica sobre a juventude como potencialmente perigosa, irresponsável e imatura. Em nossa pesquisa realizada com 18 jovens residentes na região metropolitana do Recife abordamos questões sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos e tomamos a própria cena de entrevista como situação de inter(in)venção de conhecimentos sobre juventude e sexualidade.

Compreender os direitos sexuais (DS) e os direitos reprodutivos (DR) como instâncias que dialogam, mas são independentes, implica por um lado garantir distanciamento de perspectivas moralistas, e

por outro visibilizar as diversas formas de expressão da sexualidade, de vivência de prazer e de possibilidades de reprodução, com suas implicações físicas e simbólicas.

O território de nossa pesquisa foi a região de SUAPE, particularmente os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, que desde 2008 passou a receber grandes investimentos para o refino de petróleo, construção de estaleiro e tantos outros grandes empreendimentos. Era de se esperar que todos esses investimentos alterassem positivamente às oportunidades de trabalho, os modos e condições de vida dos/as moradores locais. Nos municípios em tela, novas e significativas problemáticas sociais foram adensadas às já existentes como resultantes dos impactos sociais decorrentes do crescimento industrial na região, que tem contribuído à vulnerabilidade da população pobre dessas localidades, sobretudo das/dos jovens. (Menezes e colaboradoras, 2016).

Na perspectiva de responder ao quadro de vulnerabilidade da população de Suape, foi realizado o Programa Diálogos (2) que contou com um projeto de intervenção intitulado “Ação Juvenil”. Esta ação buscou formar e instrumentalizar 20 jovens residentes em Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, de ambos os sexos, enquanto lideranças e agentes multiplicadores de informações no âmbito da promoção dos direitos de crianças e adolescentes e dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos.

Durante a execução deste projeto de intervenção elaboramos o projeto de pesquisa “Significados e práticas sobre os Campos dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos: uma análise interseccional com mulheres e homens jovens e suas redes de convívio em território de desenvolvimento econômico” (3). Estabelecemos aqui a articulação entre intervenção-pesquisa-intervenção (Adrião, 2014), o que nos conduz a uma prática de produção de conhecimento encarnada e engajada. O fato de estarmos imersas no território, convivendo com os/as jovens e conhecendo suas redes de convívio e apoio, interagindo, estranhando, reconhecendo alguns códigos de gênero e sexualidade que perpassam a cultura local foram vivências de fundamental importância nesse processo de relacionar a pesquisa e a intervenção.

A pesquisa analisou os significados e práticas produzidos sobre os campos dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos por mulheres e homens jovens e sua rede de convívio e apoio (família, comunidade, escola, sistema de saúde, amizade e religião) em uma região em processo de intenso crescimento econômico, salientando a intersecção entre os marcadores de gênero, socioeconômicos, de geração e território.

Buscamos fundamentação no debate feminista pós-estrutural (Butler, 2004; Haraway, 1995) sobre o uso do gênero e de outras categorias de desigualdade, a partir da noção de interseccionalidade (Piscitelli, 2008) e de subalternidade (Spivak, 2010); e na reverberação destes para os processos de subjetivação sexual de mulheres e homens jovens. A noção de interseccionalidade ajudou-nos a compreender que as categorias de desigualdades se constituem entrelaçadas e somente desta forma podem ser analisadas. Por exemplo, não é possível olhar para os/as jovens participantes dessa pesquisa sem considerar os efeitos do território sobre as formas como eles/elas lidam com seus corpos e sexualidades. Gaiatry Spivak (2010), por sua vez, utiliza a noção de territorialidade propondo uma relação entre microanálise e macro análise nos estudos sobre sujeitos subalternos. O que nos pergunta a autora é “se podem falar os subalternos”, ou seja, em que medida os grupos minoritários podem falar por si, ou se suas vozes são delegadas a outrem nos estudos e pesquisas.

A primeira etapa da construção dos dados foi realizada através de entrevistas dirigidas individuais com 18 jovens (4). Nessa ocasião, abordamos questões sobre condição de vida, perfil socioeconômico das/os jovens e de suas famílias; escolaridade na interface com projeto de vida, práticas de lazer e sociabilidade em um contexto de intenso crescimento econômico. A segunda etapa consistiu em entrevistas realizadas com quatro jovens sobre temas relativos aos campos dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos tal como figuram em suas comunidades. Utilizamos como critério de escolha dos/das quatro entrevistados/as aspectos que denotavam maior complexidade em termos de vivências de desigualdades sociais.

Em nossa pesquisa-intervenção produzimos uma interface com a crítica feminista à objetividade e neutralidade da ciência moderna, e buscamos garantir um movimento analítico denominado de reflexividade. Essa ferramenta analítica compreende um campo de ações ético-políticas na pesquisa, que direcionam a análise para visibilizar as relações de poder presentes nos percursos macropolíticos da investigação e as experiências de diferença e desigualdade que balizam as relações micropolíticas entre as partes envolvidas no processo de produção do conhecimento científico.

Quando a pesquisa-intervenção é balizada pela reflexividade, ela busca instaurar práticas de desconstrução das abordagens essencialistas, androcêntricas, redutoras, restritivas, opressoras e limitadoras das especificidades culturais e da diversidade societal. (Neves & Nogueira, 2005). Pesquisadores/as colocam em pauta a intencionalidade do seu trabalho de investigação e o modo como se

conduziram ao longo de todo o processo, considerando: a adoção de uma postura sensível e flexível com o campo-tema, os métodos e sujeitos participantes da pesquisa; o compromisso com a promoção de práticas educativas que favoreçam a justiça social para as comunidades envolvidas no processo de pesquisa; o enfrentamento à violência epistêmica, que destituiu grupos sociais historicamente subalternizados de se sentirem pertencentes (e agentes) à comunidade de produção de conhecimento; a implicação de todos/as na construção de caminhos que conduzam à justiça social.

A pesquisa-intervenção em uma perspectiva feminista está a favor do questionamento crítico às formulações do conhecimento científico, o que abrange também a prática da reflexividade pessoal, ou seja, a problematização dos pertencimentos (territorial, étnico-racial, classe, gênero) do/a pesquisador/a (Neves & Nogueira, 2005). Analisando as intervenções do princípio da reflexividade em nossa cena de pesquisa ressaltamos: A sensibilidade e flexibilidade para alterar as condições e o roteiro da segunda entrevista que teve como foco as vivências sexuais dos/das jovens. Observamos que, conforme adentrávamos em temas mais estigmatizados no campo da sexualidade, as respostas ficavam mais reativas e superficiais, tal como o questionamento sobre experiências de sexo entre homens (“Eu não!!! Nem nunca vou ter!”). Em meio a dificuldades como essa, optamos por trabalhar com roteiros de histórias fictícias, com o objetivo de produzir situações mediadoras que permitissem aos jovens ficarem menos ansiosos na abordagem de alguns temas de difícil trato.

Particularmente esse segundo roteiro de entrevista com foco biográfico de abordagem à carreira afetivo-sexual da/do jovem mostrou a dificuldade de acessarem conhecimento qualificado sobre sexualidade e desconhecimento sobre a esfera de direitos sexuais e direitos reprodutivos, o que dificulta sobremaneira o enfrentamento das opressões vivenciadas, principalmente por jovens mulheres e jovens de orientação divergente da heteronormativa.

Outro ponto que consideramos importante negociar com os/as jovens foi por quem gostariam de ser entrevistados/as, uma vez que a equipe de pesquisa era formada por jovens estudantes universitários/as de ambos os sexos e alguns participavam do projeto de intervenção Ação Juvenil e inclusive já acompanhavam os/as jovens da pesquisa. Essa postura ético-política do processo de pesquisa dialoga com o campo ético-político do tema da pesquisa, a saber, os direitos sexuais e direitos reprodutivos em uma perspectiva feminista, onde importa: a integridade corporal, autonomia pessoal, igualdade e diversidade. (Correa & Petchesky, 1996).

Destacamos os diversos sentidos que os/as jovens construíram para a sua participação no momento da entrevista, desde se sentirem importantes, mas também envergonhados, intimidados quando da abordagem aos temas de sexualidade, outros também disseram estar aliviados por poder compartilhar algumas de suas experiências sexuais com o/a entrevistador/a.

Falar da sexualidade do outro teve repercussão nas vivências sexuais dos/das jovens entrevistadores/as. Entre jovens (afinal tratava-se de estudantes de graduação) essa convergência geracional e o acolhimento dos relatos diziam de um certo comum entre experiências que exigiu dos/das jovens pesquisadores/as ter um bom suporte de grupo de pesquisa, que colaborasse na condução das vivências de estranhamento/familiaridade e encaminhamentos possíveis e necessários às escutas realizadas.

Com a finalização da pesquisa retornamos ao território para a devolutiva mais sistematizada da pesquisa. Entendemos a *Devolutiva* como uma das linhas que costura a pesquisa-intervenção-pesquisa, movimento que possibilita aos sujeitos se tornarem parte da ação de produzir, no aqui/agora deste encontro, impressões sobre as relações de poder na qual estão imersos, interagir com os saberes produzidos na academia, também se posicionarem de modo a borrar as leituras que pesquisadores/as fazem sobre suas realidades.

Após a apresentação dos principais dados construídos ao longo da pesquisa e em meio a timidez dos/das jovens de fazer suas perguntas sobre sexualidade, a equipe os convidou a escrever em papéis e nos encaminhar as questões. As perguntas formuladas nessa ocasião servem para aquilatar os quanto estes/estas jovens estão alheios à esfera dos direitos sexuais e direitos reprodutivos e o quanto os princípios de autonomia, liberdade, equidade e diversidade precisam de fato perpassar suas existências. Em um cenário de tamanho crescimento econômico, o desenvolvimento social pautado em princípios feministas de justiça social continua e muito a fazer falta para a juventude local.

### 3ª. Cena - O Muda e o Ação juvenil no processo de construção de significados menos desiguais.

Esta terceira cena é resultado do encontro de duas experiências que geraram reflexões acerca da proposta de pesquisa-intervenção-pesquisa (Adrião, 2014) em *Psicologia: Muda e Ação Juvenil*, projetos que compartilhavam uma perspectiva de trabalho com grupos e objetivavam desenvolver ações com jovens de

camadas populares na Região Metropolitana de Recife, incluindo Suape. Adotou-se como base epistemológica a interface do trabalho em pesquisa-intervenção, perspectiva feminista pós-estrutural e as seguintes categorias analíticas: marcação geracional da juventude, territorialidade, gênero e condições socioeconômicas. O objetivo da reflexão aqui proposta é promover uma articulação, a partir da perspectiva participativa e feminista de ciência engajada, como trabalhada por Donna Haraway (1995), Sandra Harding (1993) e Michelle Fine e colaboradores (2006) do processo de encontro de experiências entre as/os participantes das pesquisas. Amparamo-nos na categoria experiência, trabalhada por Joan Scott (1999), como norteadora de nossos posicionamentos, e estes, por sua vez, entendidos na perspectiva desenvolvida por Donna Haraway (1995). O enlace das experiências de pesquisadoras e interlocutores/as, no processo de pesquisa-intervenção, enfoca questões sobre nossos pontos de partida, o processo adotado para a produção dos dados e como nos situamos na co-construção desta produção.

O Muda surgiu a partir do desejo de mulheres jovens e feministas de discutir e refletir sobre o campo dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, a partir do uso de metodologias participativas, em processos grupais. O público-alvo foram mulheres jovens de comunidades de baixa renda, especificamente. Buscou-se construir um cenário no qual os saberes pudessem ser divididos, havendo espaço para se falar sobre angústias e sofrimentos relacionados às desigualdades de gênero na interface com outros marcadores, como raça e etnia, classe, geração, território. Neste contexto, buscamos elaborar e construir possibilidades de mudança com relação às opressões e subordinações vivenciadas. Para isso, foi importante rever nossas posições de privilégio enquanto pesquisadoras e facilitadoras brancas, heterossexuais, universitárias, de maior renda. Com isso, tínhamos a intenção de minimizar qualquer impossibilidade para o estabelecimento de trocas com esses/as jovens.

Demos ênfase a uma reflexão sobre que tipo de posicionamento os/as facilitadores/as deveriam assumir, de forma tal que construíssem as relações no grupo atentas às próprias diferenças constitutivas e às desigualdades que poderiam ser (re)afirmadas ou mesmo enfrentadas. Chegamos ao conceito de trabalho *com* grupos, afirmando o posicionamento, a reflexividade e a criticidade, como elementos de uma episteme feminista com os quais a facilitadora buscava minimizar os silenciamentos e as relações de poder e opressão que aparecessem nos processos e no espaço grupal. Portanto, facilitadoras não seriam neutras, em oposição a isso, estariam atuando com o grupo, sem, no

entanto, buscar invisibilizar as diferenças existentes entre estas e as participantes.

Dito em outras palavras, o trabalho *com* grupos pressupõe que a/o facilitadora/or seja considerada/o como membro do grupo; mesmo que a/o profissional transite entre essas duas posições (facilitadora/or-participante), seu papel no grupo é bem definido. Ao participar das técnicas propostas, suas atribuições específicas enquanto facilitadora/or permanecem. Para isso, conta-se com a sensibilidade, atenção e cuidado da/o facilitadora/or para que a/o mesma/o saiba em que momento assumir mais o papel de participante ou de facilitadora/or. Percebe-se um movimento em que a/o facilitadora/or transita entre essas posições, o que contribui para a construção de relações mais horizontais com as/os jovens participantes. A horizontalidade como princípio da perspectiva feminista em pesquisa-intervenção (Fine; Weis; Weseen & Wong, 2006) está balizada pela admissão das diferenças e reflexão sobre seus efeitos de desigualdade.

Tal concepção de trabalho com grupos foi utilizada na experiência de pesquisa-intervenção do Curso de Mídias Móveis, realizado em parceria com o Ação Juvenil – projeto integrante do Programa “Diálogos para o desenvolvimento social em Suape”. A parceria se iniciou com a necessidade de realizar uma formação no trabalho *com* grupos. O Ação Juvenil era uma equipe recém-formada e com pouca experiência no trabalho *com* grupos, mas com o desejo de trabalhar com jovens a partir dos pressupostos da pesquisa-intervenção, assumindo a criticidade e reflexividade nas ações junto aos jovens.

Os trabalhos do Ação Juvenil e do Muda buscavam construir um espaço de (re)conhecimento dos/as jovens como sujeitos legítimos da ação política, produzindo significados para suas experiências de opressão/subalternização e os provocando a elaborar discursos e práticas alternativas ao instituído. A concepção de trabalho *com* jovens numa perspectiva de pesquisa-intervenção, o comprometimento com uma ciência engajada ética e politicamente, e a constante reflexão sobre a responsabilidade social da pesquisa e da extensão guiavam a atuação das equipes. Também se percebia um forte desejo em extrapolar os muros da Universidade e poder desenvolver um trabalho comprometido com o retorno social do saber produzido na academia.

O Curso de Mídias Móveis (5) consistiu em uma atividade de pesquisa-intervenção com mulheres e homens jovens, estudantes da rede pública de ensino das cidades de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, as quais compõem a sub-região Suape, integrante da

região metropolitana de Recife-PE. Foi a primeira atividade que o Ação Juvenil (6) desenvolveu, no intuito de sensibilizar as/os jovens nas temáticas relativas à violação dos direitos da juventude e ao acesso à cidadania, questionando e reconfigurando este termo a partir de reflexão conjunta.

Nos encontros grupais trabalhamos com a sensibilização das questões em torno das desigualdades, através de mostras e produções de vídeos, em mídias móveis. Quanto a estas últimas, estamos denominando câmeras de vídeo digitais, bem como dispositivos móveis que possuem máquinas fotográficas e de vídeo acopladas, tais como telefones celulares. Estes compreendem dispositivos tecnológicos que se popularizaram ao longo da última década, tornando-se bens de consumo mais acessíveis. Aliados aos novos recursos de edição e à popularização da internet como domínio de armazenamento e exibição de vídeo, esses dispositivos têm possibilitado e tornado mais acessível a produção de materiais audiovisuais.

Estas escolhas – o trabalho *com* grupos, as mídias móveis e a produção de vídeos – justificaram-se por um posicionamento feminista de pesquisa (Fine; Weis; Weseen & Wong, 2006), que entende que as decisões metodológicas não são neutras, antes, dizem respeito a um posicionamento sobre pesquisa, juventude e sobre a postura ético-política na produção do conhecimento. Assim, as estratégias metodológicas foram pensadas e apresentadas como propostas aos/às jovens, de modo a criar condições de possibilidades de interação crítica com o cotidiano, mediada por uma maior apropriação do território através da produção de narrativas audiovisuais.

Participaram efetivamente ao longo de todo o processo do curso de mídias móveis 71 jovens de 14 escolas de ambos os municípios. O trabalho aconteceu ao longo de duas semanas, com encontros diários em uma escola de Ensino Médio, localizada em Nossa Senhora do Ó, distrito de Ipojuca-PE. Os/as jovens foram divididos/as em seis grupos, cada um com uma dupla de facilitadores/as e uma temática principal (7) para o trabalho com/através das mídias.

Em um primeiro momento do curso, os/as jovens foram convidados/as a refletir sobre o lugar onde viviam; como viam suas comunidades; o que circulava de informação sobre tais localidades; como era ser homem e mulher jovem nessas localidades. Assim, buscamos construir com os/as jovens possibilidades de conhecer e refletir sobre o território, bem como sobre sua inserção, articulando suas próprias experiências na comunidade.

Nesse momento, fomos surpreendidos/as pelo modo como as questões relativas ao território foram trazidas às discussões como signos de desigualdade.

Distritos rurais como Camela (pertencente à Ipojuca) e Charneca (pertencente ao Cabo de Santo Agostinho) eram frequentemente apontados pelos/as jovens dos distritos-sede de ambos os municípios como referência à inferioridade, o que acabava se estendendo aos/às seus habitantes.

A territorialidade emergiu como um importante fator para pensar a desigualdade social na sub-região Suape, tendo em vista as contradições e segregações vivenciadas pelos/as jovens nas suas comunidades. Acreditamos que “[...] o território é demarcado por um caráter relacional. Tratar o território como campo relacional é considerá-lo um campo de forças, de relações de poder espacialmente delimitadas em um contexto específico” (Costa & Menezes, 2009, p.204). Estas questões de territorialidade foram experienciadas enquanto espaços desiguais, apropriadas de maneiras diferenciadas por seus/as moradores/as enquanto desigualdades de raça-etnia, gênero, classe, geração, de maneira interseccional, como trabalham Adriana Piscitelli (2008) e Conceição Nogueira (1993).

Dessa forma, através do discurso imagético, novos modos de pensar e comunicar suas experiências foram possíveis, em uma experimentação na qual o processo grupal visando horizontalidade sem mascaramento das desigualdades e opressões se fez.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso intento neste artigo foi destacar a potência política da pesquisa-intervenção com jovens, a partir de três estudos que constituíram uma cenografia para a compreensão das transformações possíveis, promovidas por esse tipo de pesquisa, nos planos micro e macro sociais e no processo de produção de conhecimento com os/as participantes. Também foi nosso propósito problematizar a tradição da pesquisa baseada na objetividade, neutralidade e distanciamento entre pesquisadores/as e pesquisandos/as, trazendo a dimensão da implicação social de pesquisadores/as, que requer posicionamentos políticos e engajamento no campo social em que se está atuando, sem perder de vista o rigor metodológico e a coerência com os pressupostos que sustentam o processo investigativo.

A abertura e a atenção para o que surge no campo nos permite delinear caminhos muitas vezes imprevisíveis, mas radicalmente comprometidos com transformações sociais e políticas para quem está envolvido/a no processo.

Neste sentido, na Cena 1, o que nos interessou ressaltar foi a potência para o engajamento e interações, proporcionada com a mobilização de busca de informações a respeito do Sistema de Cotas,

transformando um tema desconhecido e não reivindicado como direito entre os/as estudantes de ensino médio de escola pública. As discussões desencadeadas nos encontros grupais da oficina realizada com esses/as estudantes geraram interesse e motivaram a busca de argumentação fundamentada para a defesa dessa política afirmativa e para fazer frente aos discursos contrários, deslocando posições até então naturalizadas pelo senso comum.

Nas cenas dois e três, destacamos a interface da pesquisa-intervenção com os estudos sobre processos de subalternização, a partir de Gaiatry Spivak (2010). A autora utiliza a noção de territorialidade, propondo uma relação entre microanálise e macro análise nos estudos sobre sujeitos subalternos. O que nos pergunta a autora é “se podem falar os subalternos”, ou seja, em que medida os grupos minoritários podem falar por si, ou se suas vozes são delegadas a outrem nos estudos e pesquisas. A proposta da autora é que tomemos em conta a noção de divisão internacional do trabalho, para compreender como o imperialismo e o capitalismo dividem o mundo em primeiro e terceiro mundos, e como estes traçados territoriais e econômicos vão reverberar nas ações cotidianas dos sujeitos e nas desigualdades que os mesmos vão experimentar. Este aporte nos ajudou a tratar das especificidades da região de Suape e seus impactos nas vidas das/dos jovens das comunidades atingidas por esses processos de crescimento econômico.

## Referências

- Adrião, K.G. (2014). Perspectiva feministas na interface com o processo de pesquisa-intervenção-pesquisa com grupos no campo psi. *Revista Labrys*. jul/dez, Brasília:UNB.
- Bujes, M.I.E. Descaminhos. In M.V. Costa (Org.) (2002). *Caminhos Investigativos II*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 11-33.
- Butler, J. (2004). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Cassab, Maria Aparecida; Cassab, Clarice. Juventude: técnica e território. In L.R. Castro, & V.L. Besset (Orgs.) (2008). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ. p. 244-266.
- Castro, L. R. Conhecer, Transformar-se e Aprender: pesquisando com crianças e jovens. In L.R. Castro, & V.L. Besset (Orgs.) (2008). *Pesquisa-intervenção na*

- infância e juventude*. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ. p.
- Castro, L.R. (Coord.) (2010). *Falatório: participação e democracia na escola*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Corrêa, S.; Petchesky, R. (1996). Direitos Sexuais e Reprodutivos: uma Perspectiva Feminista. *Saúde Coletiva: PHYSIS*, Rio de Janeiro, 6(1-2), p.147-177.
- Costa, M.R. & Menezes, J.A. (2009). Os territórios de ação política de jovens do movimento Hip Hop. Em Pauta. *Teoria Social e Realidade Contemporânea*. Rio de Janeiro, 24(6), dez, p 199-215.
- Denzin, N. & Lincoln, Y. (Orgs.). (2006). *Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. (2.ª ed). Porto Alegre: ArtMed..
- Fine, M.; Weis, L.; Weseen, S. & Wong, L. "Para quem?" Pesquisa qualitativa, representações e responsabilidades sociais. In N. Denzin & Y. Lincoln (Orgs.) (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Tradução: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: ArtMed, p. 115-137.
- Haraway, D. (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, p. 07-41.
- Haraway, D. Manifesto ciborgue ciência tecnologia e feminismo socialista no final da século XX. In T. Tadeu (Org.) (2009). *Antropologia do ciborgue - as vertigens do pós-humano*. (2.ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Harding, S. Rethinking standpoint epistemology: What is "strong objectivity"? In L. Alcoff & E.Potter (Eds.) (1993). *Feminist epistemologies*. New York: Routledge, p. 49-82.
- Lei Nº 12.711/2012 de 29 de agosto de 2012. *Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e de ensino médio e dá outras providências*. Presidência da República do Brasil. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l2711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l2711.htm).
- Menezes, J. A.; Adrião, K. G; Rodrigues, L. O; Silva, R.; Miranda, E.; Monteiro, L.; Nascimento, J.; Silva, D.; Barbosa, K. & Rodrigues, J. (2016). Significados e práticas sobre os Campos dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos: uma análise interseccional com mulheres e homens jovens e suas redes de convívio em território de desenvolvimento econômico. *Relatório de Pesquisa*. Recife, UFPE/CNPq.
- Neves, S. & Nogueira, C. (2005). Metodologias feministas: A reflexividade ao serviço da investigação em ciências sociais. *Psicologia: reflexão e crítica*. 18(3), p. 408-412.
- Nogueira, C. Introdução à teoria da interseccionalidade nos estudos de gênero. In S. Neves (Org.) (1993). *Gênero e Ciências Sociais*. Castelo da Maia: Edições ISMAI, 1, p. 67-78.
- Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e cultura*, 2(11), p. 263-274, jul./dez.
- Rocha, M. L. & Aguiar, K. (2003). Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 23(4), p. 64-73.
- Santos, B. S. (2009). *Um Discurso sobre as Ciências*. 6ª ed. São Paulo: Cortez.
- Scott, J. (1999). "Experiência": tornando-se visível. Tradução: Ana Cecília Adoli Lima. In A. Leite da Silva; M.C. Lago & T.R.O. Ramos (Orgs.). *Falas de Gênero*. Santa Catarina: Editora Mulheres, p. 21-55.
- Spivak, G. (2010). *Pode o subalterno Falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Universidade Federal do Ceará. (2017). *SISU na UFC. Informações sobre Cotas*. Recuperado de <http://www.sisu.ufc.br/informacoes-sobre-cotas/>.

## Notas

<sup>1</sup> Importante contextualizar o conceito de interseccionalidade a partir das produções do feminismo negro, pois o mesmo aponta que o racismo está na base de todas as demais desigualdades em nossa sociedade, latina, colonizada e do sul do globo.

<sup>2</sup> Tinha o objetivo de favorecer a redução dos índices relacionados a problemas de saúde e violência, especialmente a partir de orientações no contexto da sexualidade e da gravidez na adolescência; da prevenção das DST/Aids; vulnerabilidade ao uso de álcool e outras drogas; do enfrentamento à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, à violência masculina e à violência contra as mulheres.

<sup>3</sup> Projeto aprovado e financiado pela Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 43/2013.

<sup>4</sup> As idades dos /as jovens compreendeu a faixa etária 16-18 anos, sendo 11

mulheres jovens e 7 homens jovens, a maioria residente no município do Cabo de Santo Agostinho, todos/as no período da pesquisa cursava o ensino médio, com renda familiar variando entre meio à dois salários mínimos e a maioria se autodeclarou moreno/morena.

<sup>5</sup> O curso foi realizado em julho de 2012 pelo projeto Ação Juvenil, o qual se insere no "Programa Diálogos para o Desenvolvimento Social em Suape", realizado pela Universidade Federal de Pernambuco com diversas parcerias, conforme já citado na cena 02.

<sup>6</sup> Ação Juvenil, trata-se de um projeto cujas ações estão voltadas às juventudes da sub-região, com os objetivos de formar e instrumentalizar mulheres e homens jovens, de 16 a 19 anos de idade, enquanto lideranças comunitárias, capazes de produzir e disseminar informações qualificadas nos campos dos direitos da criança e adolescente, saúde sexual e reprodutiva, uso abusivo de álcool e outras drogas, e no enfrentamento a agravos de saúde e violações de direitos.

<sup>7</sup> Temas principais trabalhados: direitos da criança e do adolescente; sexualidade e gravidez na adolescência; prevenção das DST/AIDS; exploração sexual comercial de crianças e adolescentes; violência masculina e violência contra as mulheres; e, uso abusivo de álcool e outras drogas.

RECEBIDO EM: 01/11/2017  
APROVADO EM: 13/12/2017